Agricultura familiar na região Nordeste

O crescimento da discussão sobre o tema agricultura familiar, principalmente a partir do início da década de 90, culminou com a regulamentação da Lei nº 11.326 ou Lei da Agricultura Familiar, de 24 de julho de 2006. O surgimento desta lei abriu um precedente legal para a criação de estatísticas oficiais que possibilitam estudos e abrem novas perspectivas de análises para subsidiar a implantação de políticas públicas mais eficientes.

Neste contexto, o Censo Agropecuário 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), surge como uma importante fonte de informaçõe. Sua análise inicial mostrou que 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros apresentaram o modelo familiar e a região Nordeste destacou-se apresentando mais da metade dos estabelecimentos familiares do Brasil. Isto é, cerca de 2,2 milhões, onde 6,4 milhões de pessoas encontravam-se ocupadas no ano de referência da pesquisa.

Deste modo, este estudo objetiva contribuir proporcionando conhecimento sobre a distribuição da agricultura familiar na região Nordeste, investigando características da família, do pessoal ocupado, do

estabelecimento e, principalmente, do produtor. Neste sentido, é efetuada: i) uma análise da agricultura familiar no Brasil, destacando sua importância no cenário nacional e na região Nordeste; ii) uma investigação sobre as características da família, do pessoal ocupado, do estabelecimento, do produtor familiar e também do público-alvo de programas governamentais como PRONAF e Garantia Safra; iii) uma investigação sobre a existência de padrões espaciais e clusters nos municípios da região Nordeste baseados nas características do produtor familiar, , iv) uma modelagem estatística multivariada para criação de índices municipais referentes às características do produtor familiar; de modo a realizar comparação espacial entre estes índices e o público-alvo dos programas governamentais voltados para a agricultura familiar. Como resultado da investigação espacial das características do produtor familiar nordestino, e foram observadas associações espaciais significativas entre os municípios. Além disso, uma comparação do comportamento espacial revelou que dois dos quatro índices municipais criados apresentaram semelhanças espaciais com a distribuição territorial de programas de governo.

Autor: Marcelo Marinho Lacerda Andrade

Ano: 2011

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Julia Celia Mercedes Strauch (ENCE/IBGE)

Co-orientadora: Profª. Drª. Maysa Sacramento de Magalhães (ENCE/IBGE)

PALAVRAS-CHAVE:

Agricultura familiar; Distribuição; Região Nordeste; Políticas públicas.

Políticas de Desenvolvimento Social e Evolução da Pobreza Multidimensional no Brasil: Uma Análise de Indicadores, a partir de Programas Sociais nos Anos 2000

Nos anos 2000, há no Brasil uma mudança significativa no âmbito de ação das políticas sociais, isso porque a agenda de governo colocou como eixo central de sua pauta o combate da pobreza, realizado por meio da implementação de uma Política e de Programas de Desenvolvimento Social.

Autores como Peliano (2006) afirmam que por um lado esse novo paradigma nas políticas sociais contribuiu para tirar milhares de brasileiros da miséria e da pobreza por meio das transferências de renda; como consequência, houve impacto no aumento do consumo, resultando no aumento do faturamento e lucratividade das empresas. Por outro lado, experimentou-se nesse período "um processo inédito de promocão de acesso ao sistema bancário e ao crédito (financiamento ao consumo e, também, à produção familiar)", além do fortalecimento da indústria. da construção civil, alavancada pela nova Política Nacional de Habitação, e também da ampliação significativa de bens e serviços públicos.

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo principal mostrar como a política e os programas de desenvolvimento social instituídos na última década no País foram importantes para a redução da pobreza e da desigualdade de renda, ademais de efeitos conjugados a outros fatores contextuais como a recuperação da economia e a valorização do salário mínimo. Há uma hipótese subjacente ao trabalho de que a queda da pobreza e a melhoria dos indicadores sociais nos anos 2000, sobretudo nas áreas historicamente mais vulneráveis no País, resultam de efeitos conjugados de políticas sociais estruturantes e universalistas (educação, saúde, seguridade social) e políticas de desenvolvimento social.

Autora: Baiena Feijolo Souto

Ano: 2012

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi (ENCE/IBGE)

PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento social; Políticas públicas; Pobreza; Evolução; Indicadores sociais.

O presente trabalho tem por obje-

tivo analisar a situação do ensino

médio profissional no Brasil, visto

a expansão desta modalidade de

Uma análise da educação profissional de nível médio no Brasil

ensino após as reformas políticas educacionais implementadas a partir de 2004. De modo específico, revisita-se o processo histórico de construção do ensino médio profissional no Brasil para melhor compreender o arcabouço político reestruturado em meados dos anos 2000, analisa-se a evolução dos dados do ensino médio profissional no Censo Escolar 2003-2010 e o efeito do ensino médio profissional no desempenho dos inscritos na prova objetiva do Enem 2007. A sistematização dessas informações é a principal contribuição deste estudo, tanto nos debates acerca das políticas de educação do ensino médio profissional e suas articulações com o ensino médio regular, uma vez que são raros os trabalhos sobre esse tema, quanto na motivação para a investigação do efeito

da educação profissional em outras

pesquisas e trabalhos que tratam

da avaliação do ensino médio bra-

sileiro. De modo geral, os dados do

Censo Escolar evidenciam a expansão do ensino médio profissional no Brasil e a expressiva absorção de matrículas das escolas públicas em comparação às escolas privadas. A rede pública destaca-se também pelo crescimento dos cursos integrados, diferente da rede privada que no mesmo período aumentou consideravelmente o número de matrículas em cursos subsequentes. A análise do efeito do ensino médio profissional no desempenho dos inscritos na prova objetiva do Enem 2007 mostra evidências de melhor desempenho para os concluintes de ensino técnico provenientes de escolas com ensino profissional, com relação ao desempenho dos concluintes do ensino técnico provenientes de escolas sem o ensino profissional. Também há evidências de que o fato da escola possuir ensino médio profissional pode diminuir as desvantagens próprias dos inscritos, provenientes das escolas estaduais ou associados aos menores níveis socioeconômicos, contribuindo para um ensino básico de qualidade, para a cidadania e para a justiça social.

Autor: Eduardo Guedes de Matos

Ano: 2012

Orientadora: Dr^a. Denise Britz do Nascimento Silva (ENCE/IBGE)

> Co-orientadora: Maria Salet Ferreira Novelino (ENCE/IBGE)

PALAVRAS-CHAVE:

Educação profissional; Nível médio; Evolução; Brasil; Censo Escolar.

Escola Rural: Um estudo sobre infraestrutura, formação de docentes e desempenho escolar (2000-2010)

Como a literatura mostra, a disparidade entre o rural e o urbano ainda é bastante significativa, principalmente em relação ao setor educacional. Contudo, felizmente, na última década, muitas políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação possibilitaram que tais diferenças fossem suavizadas. Assim, a influência dos movimentos sociais do campo desempenhou um papel fundamental nesse processo de avanço, embora ainda se tenha muito a conquistar de modo que a escola rural ou escola do campo, de acordo com a nova definição, alcance patamares mais próximos aos observados no contexto urbano. Todavia, os resultados, mesmo em áreas urbanas, ainda não alcançaram as atuais metas do País no que diz

respeito à educação. A presente dissertação tem como objetivo geral apresentar um estudo da escola rural vis à vis a urbana por meio dos dados do Censo Escolar e da Prova Brasil, realizados pelo Inep, referentes à infraestrutura, formação de docentes e desempenho escolar. Com o propósito de analisar o avanço entre os dois contextos, rural e urbano, discute-se o progresso ou retrocesso relativo ao ponto inicial do período em estudo, o ano 2000, e também aborda-se a evolução da disparidade entre urbano e rural quanto às condições (infraestrutura, formação de docentes e desempenho escolar) analisadas. Este trabalho pretende oferecer uma contribuição ao estudo da educação rural com base em dados oficiais.

Autora: Margareth Mara Corrêa da Silva

Ano: 2012

Orientadora: Dr^a. Moema de Poli Teixeira (ENCE/IBGE)

Co-orientadora: Dr^a. Sonoe Sugahara Pinheiro (ENCE/ IBGE)

PALAVRAS-CHAVE:

Escola rural; Censo Escolar; Políticas públicas; Prova Brasil.

Investimento produtivo em educação no Brasil: educação infantil para crianças pobres

Este trabalho objetiva discutir a importância do investimento em um sistema de educação infantil abrangente e de qualidade. A evidência sugere que a educação iniciada ainda nos primeiros anos de vida permite enfrentar diversos problemas sociais decorrentes dos baixos níveis de educação e de habilidades, como desemprego, baixa renda, violência e falta de planejamento familiar, impactando no desenvolvimento socioeconômico e na mobilidade social intergeracional ascendente.

Esse processo é discutido sob a ótica da teoria do ciclo dinâmico do desenvolvimento das habilidades e como ela se relaciona com o surgimento das desigualdades socioeconômicas entre os indivíduos. O ciclo de formação das habilidades diz que muitas das habilidades essenciais para o sucesso socioeconômico futuro dos indivíduos são desenvolvidas apenas na infância e são necessárias para o desenvolvimento de outras habilidades ao longo da vida.

O trabalho se desenvolve em duas etapas. Primeiro é feita uma análise do efeito da frequência à educação infantil sobre resultados escolares na 4ª e 8ª série (ciclo de oito anos) utilizando a base de dados da prova SAEB 2005. A análise foi feita utilizando modelagem hierárquica de dois níveis. Os resultados mostram que o efeito da educação infantil sobre a nota do

Autora: Iara Azevedo Vitelli Viana

Ano: 2012

Orientador: Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves (ENCE/IBGE)

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Britz do Nascimento Silva (ENCE/IBGE)

PALAVRAS-CHAVE:

Educação infantil; Investimento produtivo; Desigualdade teste é positiva, todavia os alunos da 8ª série possuem um efeito reduzido, possivelmente devido à perda das vantagens decorrentes da educação infantil ao longo da vida acadêmica.

Em seguida, utilizando dados da PNAD 2009, é feita uma análise de quantificação de crianças em situação de risco do desenvolvimento de suas habilidades, considerando fatores descritos pela literatura como adversos a esse desenvolvimento. Alguns desses fatores são: o grande número de filhos na família; baixa renda familiar; baixos níveis de educação e das habilidades dos pais; e arranjos familiares não tradicionais, representados majoritariamente por mães sol-

teiras e ausência do pai. A análise mostrou que o número de crianças entre zero e seis anos em situação de risco ao seu desenvolvimento é grande. Por exemplo, 2.211.974 crianças (11,54%) moram apenas com a mãe, que possui baixa escolaridade. Esse quadro é pior para a população pobre: 17% das crianças com renda domiciliar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo moram apenas com a mãe, que possui baixa escolaridade.

Na análise dos dados do SAEB e dos dados da PNAD foram utilizadas metodologias de estimação que consideram o desenho amostral complexo dessas pesquisas. Utilizou-se o software STATA para os procedimentos de estimações.